ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS
DIÁRIO DO LEGISLATIVO
Sábado, 14 de junho de 2025

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – LEIS
2 – ATAS
2.1 – Comissões
3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
3.1 – Plenário
3.2 – Comissões
4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
6 – ERRATA

LEIS

LEI Nº 25.309, DE 13 DE JUNHO DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação de Proteção Ambiental de Nova Serrana, com sede no Município de Nova Serrana.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção Ambiental de Nova Serrana, com sede no Município de Nova Serrana.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 13 de junho de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.310, DE 13 DE JUNHO DE 2025

Declara de utilidade pública a entidade Núcleo Gestor da Cadeia de Valor do Pequi e outros Frutos do Cerrado, com sede no Município de Montes Claros.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Núcleo Gestor da Cadeia de Valor do Pequi e outros Frutos do Cerrado, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 13 de junho de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

ATAS

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/5/2025

Às 9h37min, comparece à reunião o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os problemas enfrentados pelos servidores e usuários da Divisão de Registro de Veículos – DRV – em decorrência da transferência do atendimento da unidade da Gameleira para a Cidade Administrativa. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail*, recebido pelo "Fale com as Comissões", do Sr. Weidson Leles Gomes, encaminhando denúncia sobre o Edital nº 1/2025 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, que delega a cogestão da nova Unidade Prisional de Iturama a entidade sem fins lucrativos até 2030, o que usurpa o monopólio estatal da segurança pública, previsto no art. 144 da Constituição da República. A presidência avoca para si a relatoria da visita realizada no dia 12/5/2025, às 14h30min, na Divisão de Registro de Veículos – DRV –, em atendimento ao Requerimento em Comissão nº 13.742/2025. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A presidência retira da pauta os Requerimentos nºs 11.203 e 11.252/2025 por falta de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença da Sra. Andréa Mendes de Souza Abood, superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, representando a chefe da PCMG; e dos Srs. Lucas Vilas Boas Pacheco, chefe de Trânsito da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag; e Felipe Moraes Forjaz de Lacerda, assessor executivo da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito da Seplag. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada hoje, dia 13/5/2025, às 14h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente – Antonio Carlos Arantes – Delegado Christiano Xavier.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/6/2025

Às 10h14min, comparecem à reunião as deputadas Maria Clara Marra e Bella Gonçalves (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Doorgal Andrada, Bruno Engler, Lucas Lasmar, Noraldino Júnior (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BAM) e Adriano Alvarenga (substituindo o deputado Zé Laviola, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Sargento Rodrigues,

Leleco Pimentel, Bim da Ambulância e Caporezzo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doorgal Andrada, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da deputada Chiara Biondini solicitando seja juntada declaração da Prefeitura Municipal de Três Corações ao Projeto de Lei nº 3.313/2025 e determina a anexação do documento ao referido projeto de lei. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.549/2023, no 1º turno, e 2.075/2024, em turno único (deputado Bruno Engler); e 2.238/2020, no 1º turno (deputado Doorgal Andrada). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após votação, são aprovados, cada um por sua vez, os requerimentos da deputada Bella Gonçalves em que solicita seja apreciada em último lugar da ordem do dia a Proposta de Emenda à Constituição nº 26/2023; e do deputado Noraldino Júnior em que solicita sejam retirados da ordem do dia os Projetos de Lei nºs 1.663/2023, 2.160 e 2.394/2024 e 3.448/2025, todos no 1º turno. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.727/2025, registrando-se votos contrários da deputada Bella Gonçalves e do deputado Lucas Lasmar (relator: deputado Doorgal Andrada); 338/2019, 3.701 e 3.826/2022 e 3.662/2025 (relator: deputado Bruno Engler); 3.129/2021 e 3.741/2025 (relator: deputado Lucas Lasmar); 3.645/2022 e 2.288/2024 (relatora: deputada Bella Gonçalves, em virtude de redistribuição); 1.679/2023 e 3.476/2025 (relatora: deputada Maria Clara Marra), todos na forma do Substitutivo nº 1; 3.451/2025 com a Emenda nº 1 (relator: deputada Maria Clara Marra); 3.415/2025 (relator: deputado Doorgal Andrada), 3.527 e 3.705/2025 (relator: deputado Lucas Lasmar) e 3.574/2025 (relatora: deputada Maria Clara Marra), todos no 1º turno. Os Projetos de Lei nºs 2.223/2024 e 3.487/2025 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 483/2023, à Secretaria de Estado de Saúde; 3.655/2025, ao autor, à Secretaria de Estado de Governo e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais; e 3.713/2025, ao autor, à Prefeitura Municipal de Bom Sucesso e à Secretaria de Estado de Governo, todos no 1º turno. Na fase de discussão do parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/2023 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, são recebidos pela presidência, colocados em votação e rejeitados, cada um por sua vez, os requerimentos da deputada Bella Gonçalves em que solicita seja adiada a discussão da matéria; e em que solicita seja o requerimento anterior votado pelo processo nominal. Levantam-se da reunião as deputadas Maria Clara Marra e Bella Gonçalves e os deputados Adriano Alvarenga, Noraldino Júnior, Leleco Pimentel e Lucas Lasmar. A presidência determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos por falta de quórum.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Lucas Lasmar – Zé Laviola – Maria Clara Marra – Thiago Cota – Bruno Engler – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/6/2025

Às 15h36min, comparecem à reunião as deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus e o deputado Leleco Pimentel (substituindo o deputado Betão por indicação da liderança do BDL) membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *emails* do Sr. Paulo Proença, jornalista, denunciando caso de LGBTfobia no Município de São João de Bicas; e da Sra. Miriam Estefânia, presidenta da Associação de Amigos e Familiares de

Pessoas em Privação de Liberdade, encaminhando denúncias de maus-tratos a presos do Complexo Penitenciário de Ponte Nova. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (três ofícios em 24/4/2025, três ofícios em 3/4/2025, dois ofícios em 28/3/2025, um ofício em 26/3/2025 e um ofício em 4/4/2025); do Metrô BH (um ofício em 7/3/2025); da Anglo American Brasil (um ofício em 7/2/2025); da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 17/1/2025, três ofícios em 11/4/2025 e um ofício em 7/5/2025); da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (um ofício em 26/3/2025 e um ofício em 9/5/2025); da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (três ofícios em 11/4/2025); do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (um ofício em 16/4/2025); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 11/4/2025 e um ofício em 1º/5/2025); do Ministério Público de Minas Gerais (dois ofícios em 1º/5/2025); do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (um ofício em 17/4/2025 e um ofício em 15/5/2025); da Governadoria do Estado da Bahia (quatro ofícios em 24/4/2025); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 16/4/2025); e da Defensoria Pública de Minas Gerais (dois ofícios em 16/4/2025 e um ofício em 17/4/2025). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.991, 11.992 e 11.997/2025. Registra-se a presença da deputada Beatriz Cerqueira. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 14.706/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater a extrema precariedade estrutural da unidade prisional de Conselheiro Lafaiete, que coloca em risco a integridade física e mental das pessoas privadas de liberdade, dos servidores públicos que atuam nessa unidade e da coletividade;

nº 14.741/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores – MRE – pedido de providências para que a República Federativa do Brasil rompa suas relações diplomáticas, econômicas, científicas, políticas e comerciais com o Estado de Israel em razão das graves ações militares e políticas perpetradas contra o povo palestino, na Faixa de Gaza;

nº 14.742/2025, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao Estado de Israel pela ação militar realizada pelas Forças Armadas que interceptou, em águas internacionais, o barco da coalizão Flotilha da Liberdade, impedindo a chegada de ajuda humanitária à população civil da Faixa de Gaza;

nº 14.743/2025, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao governador de Minas Gerais pela declaração dada em entrevista à *Folha de S. Paulo*, no dia 4 de junho, de que seria uma questão de interpretação o caráter ditatorial do regime militar instaurado no País em 1964;

nº 14.744/2025, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao Estado de Israel pela detenção arbitrária do ativista brasileiro Thiago Ávila, realizada por forças israelenses enquanto ele participava de uma missão humanitária com a Coalizão Flotilha da Liberdade;

nº 14.746/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a vulnerabilidade socioeconômica vivenciada por famílias da região do Médio Rio Doce atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, especialmente carroceiros, coletores, barraqueiros, areeiros, pescadores artesanais, pequenos produtores rurais e comunidades tradicionais rurais e urbanas;

nº 14.750/2025, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao governador do Estado, Romeu Zema, pela declaração em que comparou pessoas em situação de rua a carros abandonados que devem ser removidos;

nº 14.773/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente aos votos de congratulações com os servidores e autoridades que especifica pela grande contribuição e pioneirismo na implantação e coordenação do projeto Caminhos para a Igualdade, do Município de Betim;

nº 14.774/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer sejam formulados votos de congratulações com as Sras. Eduarda Eugênia Barbosa Alves, Geize Luene da Silva, Hérica de Assis Rodrigues dos Santos, Nídia Cristina Sabino, Nívia Tironi Pinto e Viviane Moreira Francisco e o Sr. Luan Tadeu de Castro Oliveira, professores; com as Sras. Marilene Silva Santana Pimenta, secretária municipal de Educação; Daniela Lacerda Vitório Araújo, superintendente da Educação Infantil; Francievem Esteves de Castro, superintendente do Ensino Fundamental; e o Sr. Heron Domingues Guimarães, prefeito municipal, pela grande contribuição e pioneirismo na implantação e coordenação do projeto Caminhos para a Igualdade, do Município de Betim;

nº 14.776/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada visita à Comunidade Quilombola de Peixe Bravo, no Município de Riacho dos Machados, para debater a importância da regularização fundiária desse território;

nº 14.777/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada visita à Comunidade Quilombola Córrego Narciso do Meio, no Município de Araçuaí, para debater o processo de regularização fundiária desse território;

nº 14.791/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal e ao secretário de Desenvolvimento Social de Alfenas; ao prefeito municipal e à subsecretária de Direitos Humanos de Belo Horizonte; ao prefeito municipal e à secretária de Desenvolvimento Social de Chapada Gaúcha; à prefeita municipal e ao secretário de Direitos Humanos e Cidadania de Contagem; ao prefeito municipal e à secretária de Assistência Social de Coroaci; ao prefeito municipal e à secretária de Desenvolvimento Social de Divinópolis; ao prefeito municipal e à secretária de Assistência Social de Governador Valadares; ao prefeito municipal e à secretária de Assistência Social de Matipó; ao prefeito municipal e à secretária de Direitos Humanos de Muriaé; à prefeita municipal e à secretária de Assistência Social de Padre Carvalho; ao prefeito municipal e à secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Pará de Minas; ao prefeito municipal e à secretária de Assistência Social de Paracatu; ao prefeito municipal e à secretária de Desenvolvimento Social e Combate às Drogas de Santos Dumont; ao prefeito municipal e à secretária de Social de Serranópolis de Minas; ao prefeito municipal e à secretária de Assistência Social de Tapiraí; ao prefeito municipal e à secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Três Marias; ao prefeito municipal e à secretária de Desenvolvimento Social de Uberlândia; e ao prefeito municipal e à secretária de Assistência Social de Virgem da Lapa pedido de informações sobre a organização e a realização das conferências municipais ou intermunicipais de direitos humanos nos respectivos municípios, especificando data, local, formato e público-alvo e enviando-se a esta Casa o cronograma e o regimento municipal que orientará os trabalhos;

nº 14.793/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para apurar possíveis violações de direitos humanos por parte da Prefeitura Municipal de Araxá durante a realização da 59ª Festa do Congado, tendo em vista denúncias e relatos de participantes e representantes de guardas congadeiras de que a referida festa foi marcada por graves problemas estruturais, como ausência de cadeiras, mesas e tendas para cobertura; insuficiência de banheiros químicos; falta de acesso facilitado a água potável; ausência de suporte médico emergencial e falta de estrutura de palco e som adequados;

nº 14.794/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Araxá pedido de providências para que, na próxima edição da tradicional Festa dos Congadeiros, sejam garantidas condições estruturais mínimas para os participantes, como segurança e ordenamento do trânsito, apoio logístico e sonorização básica e instalação de tendas e coberturas para proteção contra sol e chuva; banheiros químicos e banheiros para pessoas com necessidades especiais – PNE – em quantidade adequada; posto de atendimento médico de urgência; e jogos de mesas e cadeiras para que os participantes do evento possam se assentar;

nº 14.795/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Justiça e Segurança Pública e de Planejamento e Gestão pedido de informações acerca da previsão de concurso público para médico da área de defesa social e para analista executivo de defesa social, tendo em vista o déficit de profissionais e a confirmação da abertura de novo concurso público para o cargo de policial penal, com previsão de 1.178 vagas, anunciado pelo secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública durante reunião do programa Assembleia Fiscaliza, esclarecendo-se se o concurso anunciado incluirá vagas para analista executivo de defesa social e médico da área de defesa social, com a especificação, em caso positivo, dos cargos e da quantidade de vagas previstos; apresentando-se, caso haja impedimento orçamentário para a inclusão dessas carreiras no concurso, a justificativa técnica que embasa a priorização da ampliação do efetivo da Polícia Penal em detrimento das demais funções essenciais à garantia de direitos no sistema prisional; e esclarecendo-se se existem tratativas para a terceirização dos serviços de saúde e assistência social nas unidades prisionais, com a indicação do estágio atual dessas tratativas e da previsão de edital para preenchimento de vagas nessas áreas;

nº 14.796/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita à Penitenciária Deputado Expedito de Faria Tavares, no Município de Patrocínio, para verificar as condições das pessoas privadas de liberdade nessa unidade, diante de possíveis violações de direitos humanos relacionadas à alimentação, à tortura e ao atendimento médico e psicossocial;

nº 14.798/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que a Copasa inclua em sua programação de apoio cultural e social o fornecimento e a distribuição gratuita de água potável durante a próxima edição da Festa do Congado de Araxá;

nº 14.810/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Peterson Barroso Simão, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJRJ –, por revogar a prisão temporária do MC Poze do Rodo, no âmbito da 2ª Câmara Criminal do TJRJ, sobretudo pela fundamentação e pela argumentação utilizadas nessa decisão;

nº 14.811/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizado debate público sobre a elaboração do plano estadual de políticas penais em Minas Gerais, no âmbito do plano nacional Pena Justa, seguindo determinação do Supremo Tribunal Federal – STF – no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF – 347, de outubro de 2023.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2025.

Bella Gonçalves, presidente.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 16 de junho de 2025, destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Rodrigo Badaró Almeida de Castro.

Palácio da Inconfidência, 13 de junho de 2025.

Tadeu Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Carol Caram e Marli Ribeiro e os deputados Rodrigo Lopes e Adriano Alvarenga, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/6/2025, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de realizar debate público sobre reforma urbana, com enfoque em planejamento urbano, habitação, mobilidade, saneamento e meio ambiente.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2025.

Leleco Pimentel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e os deputados Luizinho, Hely Tarqüínio e Lincoln Drumond, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 16/6/2025, às 14 horas, à Escola Estadual Manoel Martins de Melo, em Ribeirão das Neves, com a finalidade de ouvir a comunidade escolar sobre os impactos da ausência de transporte escolar para os alunos desse estabelecimento de ensino.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Rafael Martins e Celinho Sintrocel, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/6/2025, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o movimento Maio Amarelo e as políticas públicas para a redução dos sinistros de trânsito no Estado.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2025.

Thiago Cota, presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.595/2025

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Enes Cândido, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural de São Domingos das Dores, com sede no Município de São Domingos das Dores.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural de São Domingos das Dores, com sede no Município de São Domingos das Dores, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção dos direitos culturais.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre seus objetivos, defender e amparar grupos culturais, preservar as tradições do reinado e da folia dos Santos Reis, bem como contribuir para o fortalecimento do turismo histórico e cultural e para o desenvolvimento econômico e social da localidade

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela entidade, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.595/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2025.

Mauro Tramonte, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/6/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Bruno Cezar Guilherme da Rocha, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rafael Martins;

nomeando Gil Antônio Camargos de Matos, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 4/2025

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG. Segunda convenente: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais – Secult. Objeto: convênio de cooperação técnica com objeto de cessão, na modalidade cessão com ônus para o cessionário, da servidora efetiva Ruth Pereira Soares (Masp nº 1376460-0), analista de TV, lotada na Secult, para exercício de cargo em comissão na ALMG. Vigência: 60 meses contados a partir da data de assinatura, inclusive.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 25/2025

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG. Segundo convenente: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Objeto: estabelecimento de mútua cooperação entre os partícipes, no âmbito das respectivas áreas de atuação, com vistas a proporcionar a instalação do Posto de Atermação dos Juizados Especiais da Comarca de Belo Horizonte nas dependências do Espaço Cidadania da ALMG, em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e as Leis Federais nºs 8.078, de

1990, 9.099, de 1995, e 14.133, de 2021, para atender às demandas de até 20 salários mínimos relacionadas ao direito do consumidor, que não forem objeto de acordo no Posto de Atendimento. Vigência: 24 meses contados a partir de 24/6/2025.

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 2/2025

O diretor-geral da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em observância ao disposto na Política de Eliminação de Documentos e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da Assembleia Legislativa, aprovadas por meio da Deliberação da Mesa nº 2.663, de 16 de agosto de 2017, com base no levantamento realizado pelo Comitê de Gestão Documental, faz saber a quem possa interessar que, a partir do 30º dia subsequente à data de publicação deste edital no *Diário do Legislativo*, observado o art. 13 da deliberação em referência, serão eliminados os documentos indicados nas listagens nºs 1, 2, 3 e 6/2025, conforme a descrição abaixo:

Classificação dos documentos		Datas-limite (exercícios)	Unidade de arquivamento	
Código	Descritor		Quantidade aproximada	Especificação
6.5.1	Planejamento de atividades do Plenário	2019 a 2022	0,14	Metro linear
3.1.1	Planejamento de atividades de Comissão Parlamentar de Inquérito	2019 a 2022	6,16	Metros lineares
3.4.1	Planejamento de atividades de Comissão Extraordinária			
6.1.1	Planejamento de atividades de Comissão Permanente			
6.2.1	Planejamento de atividades de Comissão Especial de Veto a Proposição de Lei			
6.3.1	Planejamento de atividades de Comissão Especial de Proposta de Emenda à Constituição			
5.1.1	Correspondência legislativa	2017 a 2018	0,01	Metro linear
13.1.2	Investigação preliminar (Defesa do consumidor / Procon Assembleia)	2012 a 2018	162,60	Metros lineares
Mensuração total aproximada: 168,91 metros lineares				
Datas-limite gerais (exercícios): 2012 a 2022				

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

ERRATA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55/2025

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 13/6/2025, na pág. 6, no fecho, onde se lê:

"Gil Pereira", leia-se:

"Gil Pereira (PSD) – Adriano Alvarenga (PP) – Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Antonio Carlos Arantes (PL) – Arnaldo Silva (União) – Betinho Pinto Coelho (PV) – Bim da Ambulância (Avante) – Cassio Soares (PSD) – Coronel Henrique (Republicanos) – Delegado Christiano Xavier (PSD) – Doorgal Andrada (PRD) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir

(PSD) – Eduardo Azevedo (PL) – Gustavo Valadares (PMN) – Hely Tarqüínio (PV) – João Magalhães (MDB) – Lincoln Drumond (PL) – Lud Falcão (Pode) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Noraldino Júnior (PSB) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (Cidadania) – Roberto Andrade (PRD) – Rodrigo Lopes (União) – Sargento Rodrigues (PL) – Tito Torres (PSD) – Zé Guilherme (PP)".